

A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, em setembro de 2001, já é um marco na história da política de C&T do Brasil. Em todos os sentidos, a Conferência pode ser considerada um sucesso. O Livro Verde é uma referência obrigatória para pesquisadores, empresários e gestores públicos interessados no tema. Os debates, agora publicados na íntegra, e o ambiente de amplo entendimento são outros aspectos significativos. A assembléia que criou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) foi singular: um ponto de convergência ímpar entre o Estado e a sociedade para imprimir caráter mais estratégico à política nacional de C&T.

Mas não resta dúvida que o Livro Branco, que agora se publica, é o resultado mais esperado desse longo debate. É o ponto culminante de uma trajetória de reforma do sistema nacional de C&T, que ainda não se completou, mas que tem um rumo traçado.

O Livro Branco não detalha em minúcias como implementar as diretrizes discutidas na Conferência. Não teria sentido, nesse período de transição que vivemos, impor um programa de trabalho exaustivo para os próximos anos. O que o Livro Branco traz é uma síntese do que os inúmeros interlocutores da Conferência acordaram entre si: é um agenda de consensos que norteia uma direção. Uma direção que se iniciou por uma ampla reforma do sistema nacional de CT&I, e que pode ser sintetizada pelos seguintes pontos:

- reestruturação do financiamento sem retorno, envolvendo a criação de 14 Fundos Setoriais;
- diálogo permanente com a comunidade científica e tecnológica, que inclui a própria Conferência Nacional de CT&I;
- reestruturação da área de crédito da Finep, com uma nova política

operacional e ampla reestruturação interna da agência;

- a definição de um novo papel ao CNPq, que mobiliza recursos de outros ministérios e dos Fundos Setoriais, ampliando sua margem de atuação, além da responsabilidade por programas como PADCT, Pronex e Milênio;
- reforma das Unidades de Pesquisa do MCT, agora reunidas sob a coordenação de uma mesma Secretaria, com reavaliação de suas missões;
- incorporação da dimensão inovação na agenda nacional de C&T, com forte ênfase em programas cooperativos entre universidades e empresas;
- recuperação dos incentivos à P&D no setor privado, com a renovação da Lei de Informática e aprovação da Lei 10.332/01, que cria mecanismos de subvenção, equalização de taxas de juros e incentivo ao capital de risco;
- incorporação da Agência Espacial Brasileira (AEB) e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) ao MCT;
- definição de uma agenda regional para o MCT, por meio da fixação de percentuais mínimos de gastos nas regiões menos desenvolvidas e pelo apoio a um conjunto de iniciativas a exemplo dos arranjos produtivos locais;
- ampliação do diálogo do MCT com os ministérios setoriais na definição de prioridades de alocação de recursos do fomento à CT&I;
- reconceituação da cooperação internacional, na busca de uma melhor inserção do Brasil na C&T mundial e no contexto da era do conhecimento;
- busca permanente de uma orientação mais estratégica para as ações na área de CT&I, mediante projetos estruturantes e mobilizadores;
- criação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos para assessorar as políticas de C&T, por meio de estudos prospectivos e definição de grandes gargalos e oportunidades de investimento.

O sucesso dessa reforma resulta do permanente diálogo com a comunidade científica, com os demais órgãos de governo e com o setor privado, que permitiu a proposição de uma Política Nacional afirmativa para o setor e que possibilitou avanços concretos em diversas direções.

Resta ainda muito por fazer. Um exame detalhado de qualquer agenda futura indica inúmeras lacunas e problemas a serem enfrentados. Um exemplo é a própria instabilidade do fomento no corrente ano, felizmente já compensada pelo dispositivo da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias, que para 2003 resguarda os Fundos Setoriais de qualquer tipo de contingenciamento. Outra questão central é a expansão do sistema de bolsas, para atender a uma demanda crescente na formação de mestres e doutores. De qualquer forma foi dado um passo: o trabalho legislativo, sempre com amplo apoio de todo o Congresso Nacional, e o entusiasmo do Presidente Fernando Henrique permitiram construir um leque de novos instrumentos que estará disponível para ser utilizado em programas de natureza estratégica nos próximos anos.

Olhando esse esforço de forma retrospectiva, o que se evidencia como mais duradouro é uma política de consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, focalizando a ação no fortalecimento das interfaces entre setor público e setor privado. É esse o sentido maior de todas as ações, inclusive as que levaram ao Projeto de Lei da Inovação.

Essa opção deriva do reconhecimento do papel-chave que hoje cumprem Ciência, Tecnologia e Inovação na construção das sociedades modernas. O conhecimento torna-se variável chave do desenvolvimento e do aumento de competitividade de qualquer setor da economia. O desafio da política sintetiza-se em ampliar a base desse conhecimento e transformá-lo em riqueza para todos os brasileiros.

Em síntese, uma estratégia centrada no papel do conhecimento. Mas uma estratégia que inclui esse processo como subproduto da interação de múltiplos atores. Processo que tem na empresa um ator decisivo, mas que passa também pela existência de condições macroeconômicas adequadas e pela criação de um conjunto de externalidades favoráveis e uma ambiência própria. Processo que incorpore a dimensão da inovação na política industrial e que valorize os ativos decorrentes dos investimentos realizados na área de pesquisa durante os últimos 50 anos. Uma estratégia que se alicerce em ampla aliança entre universidades e empresas pelo desenvolvimento.

É essa a lição maior do debate travado na Conferência e que está retratado neste Livro Branco. É preciso com sabedoria levá-la adiante, perpetuando o ambiente de diálogo permanente que é absolutamente vital para o êxito dessa política. Êxito que exige e impõe, para ser conseqüente, a mobilização de todos os atores: pesquisadores, empresários, governo, terceiro setor e sociedade em geral.

**CARLOS AMÉRICO PACHECO**  
Secretário Executivo  
Ministério da Ciência e Tecnologia